

Economistas da Universidade de Londres defendem a reforma da zona euro ou a saída do euro como soluções para a crise da dívida pública.

Os autores atribuem a crise da dívida grega aos excedentes externos da economia alemã.

Segundo os economistas do grupo de investigação Research on Money and Finance, da Universidade de Londres, coordenado pelo professor Costas Lapavistas, a crise da dívida pública dos países periféricos da zona euro (Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Espanha) tem a sua origem nos excedentes da balança de transacções correntes da Alemanha e defendem a reforma da União Monetária ou a saída do euro como soluções para a crise. Estas são as principais conclusões do seu recente estudo "Eurozone Crisis: Beggar Thyself and Thy Neighbour".

Segundo explicam, devido às restrições impostas pela União Monetária Europeia, a economia alemã ganhou competitividade externa, durante o período anterior à crise internacional, exclusivamente à conta da compressão salarial interna. Enquanto este processo tomava lugar, os excedentes externos conseguidos tiveram como contraponto os défices paralelos de economias como a grega, portuguesa e espanhola. Com a crise de 2007-09, o Banco Central Europeu resgastou os bancos europeus do quase colapso, fornecendo volumes extraordinários de liquidez. No entanto, a partir de 2009, quando os Estados se viram confrontados com crescentes necessidades de financiamento, o BCE optou por os ignorar. Os governos foram assim obrigados a recorrer exclusivamente aos mercados financeiros, expondo-se à especulação e degradação das suas contas públicas. Os países periféricos encontram-se assim forçados a impôr severas medidas de austeridade. Na prática, estes países foram forçados a aceitar a típica condicionalidade dos empréstimos do FMI, mas sem os receber.

Face a esta situação, segundo os economistas da Universidade de Londres, só existem duas saídas alternativas para estes países. A primeira seria a reforma profunda da zona euro, assegurando maior liberdade fiscal para os Estados membros, um orçamento europeu ampliado e o estabelecimento de um salário mínimo europeu, entre outras medidas. A segunda opção seria a saída da moeda única, o que implicaria a desvalorização das moedas nacionais e a reestruturação imediata da dívida, assim como medidas como a nacionalização da banca, política industrial e um reequilíbrio da balança do poder que favoreça os trabalhadores.

O relatório está integralmente disponível em www.researchonmoneyandfinance.org